

ROYALTIES DO PETRÓLEO

Casagrande quer negociar mais para evitar fuga do dinheiro

“Não é uma alternativa pronta e acabada”, afirma o governador, que espera avanços

▲ DENISE ZANDONADI
dzandonadi@redgazeta.com.br

▲ RITA BRIDI
rbridi@redgazeta.com.br

O governador Renato Casagrande avalia que a proposta do governo federal, sobre a divisão dos royalties dos campos já em produção, é um plano em construção e não uma alternativa pronta e acabada. “Vamos avaliar, calcular para ver se não podemos melhorar para que não haja perda para os Estados e municípios produtores”, afirma.

O governador, que está hoje em Brasília, onde pretende manter contato com a bancada federal e a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvati, disse que o fato de ter aceitado negociar implica em não rejeitar radicalmente a proposta apresentada por Guido Mantega.

“Para se chegar ao entendimento, é preciso que



De olho no impasse

Casagrande acompanhou por telefone a reunião entre o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e os senadores dos Estados produtores e não produtores.

“A alternativa do governo federal, pelo menos, dá margem para que as partes sentem para negociar e encontrem uma solução para evitar o impasse.”

— RENATO CASAGRANDE Governador do Estado

todos deem sua contribuição”, avalia Casagrande. Ele concorda que os municípios produtores perderão mais e que é preciso “pensar neles”, avalia ele.

Ontem, Casagrande conversou por telefone com Sérgio Cabral e o ministro da Fazenda. Antes

de se manifestar sobre a alternativa do governo federal, Casagrande disse que conversará com os parlamentares capixabas, principalmente com o senador Ricardo Ferraço (PMDB), que está participando das negociações.

Durante a reunião de

ontem com Mantega e os senadores, os representantes dos Estados não produtores se manifestaram contrários à proposta. Eles consideram pouco o que poderá ser tirado dos Estados e municípios produtores e também da União para ser repassado a eles.

FÂ BIO VICENTINI

“Conta deveria ser bancada pela União”

DIVULGAÇÃO

“Quem deveria pagar a conta é a União. Temos, no Brasil, que descentralizar a coleta de impostos e não centralizar”. A opinião é do consultor e professor Adriano Pires, especialista na área de petróleo e gás, que não concorda com a proposta em discussão, por considerar que os municípios produtores serão os maiores prejudicados.

“A proposta de retirar receita dos municípios produtores e afetados, é muito injusta”, avalia.

Para ele, a União e Estados produtores deveriam perder mais que os municípios produtores, pois são eles os mais impactados e que mais sofrem as consequências da produção.

“Os municípios produtores e afetados são os mais impactados na ponta da cadeia. São eles que se responsabilizam pela infraestrutura necessária para a instalação de indús-



Pires defende municípios

trias, que mais sofrem danos ambientais e que mais serão prejudicados quando o petróleo acabar”, ressaltou ele.

“Essa conta deveria ser paga exclusivamente pela União e pelos Estados”, argumenta o professor, ao defender a tese de que o mais justo seria a União ceder mais, principalmente porque já tem a sua parte garantida na participação especial.

REPERCUSSÕES

“É importante que participe, mas plano resulta em perda de 250 milhões só em 2012.”

— RICARDO FERRAÇO
SENADOR



“A proposta de redução da participação dos royalties dos Estados produtores de 26,25% para 25% é pouco razoável. Vamos propor para reduzir a 20%.”

— AGNELO QUEIROZ
GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

“É mais fácil enfrentar dez prefeitos do Rio insatisfeitos com a nova divisão dos royalties do que os mais de 5 mil do restante do país.”

— FONTE NÃO IDENTIFICADA DO GOVERNO.

“Teremos um volume mais forte a partir de 2017 ou 2018, mas há quem defenda que os não produtores tenham recursos já no ano que vem.”

— GERALDO ALCKMIN
GOVERNADOR DE SÃO PAULO

Amunes diz que proposta é equilibrada

▲ O presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes), Gilson Amaro, considerou “equilibrada” a proposta de divisão dos royalties do petróleo discutida ontem em Brasília por ministros e parlamentares do Espírito Santo e Rio de Janeiro. Segundo ele, a proposta ainda não é a ideal, mas é a que representa menos perda pa-

ra os Estados produtores. De acordo com o plano, o percentual dos Estados produtores cai de 26,25% para 25% já no próximo ano e se manterá inalterada até 2020. Na avaliação de Amaro, é importante garantir a receita para os Estados que terão condições de manter os investimentos nos municípios.

Ele avalia que somente sem perda de receita o Es-

tado terá condições de dar prosseguimento à política de descentralização do desenvolvimento, garantindo investimento para todas as regiões. A atração de novos empreendimentos, resalta, é importante porque contribui para o desenvolvimento dos municípios com geração de emprego e renda.

Amaro, que é prefeito de Santa Teresa e ontem

encontrava-se em Brasília reforçando o grupo de 1.500 prefeitos que lá estavam para acompanhar as discussões dos parlamentares com os ministros, disse que o “embate é muito difícil”.

A perda que os municípios produtores terão, argumenta, poderá ser compensada de forma indireta pelos investimentos que serão feitos pelo Estado. O



Amaro frisa que é preciso evitar perdas do Estado

prefeito admite que o grande benefício virá para os municípios não produtores de petróleo, que terão mais dinheiro.

“Os Estados não perdendo é o mais importante, porque o dinheiro fica no Estado e acaba beneficiando todos os municípios com os investimentos que são feitos com os recursos próprios”, enfatiza Gilson Amaro. Para o prefeito, o importante é que todos os municípios ganhem de alguma forma.